

COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO DO RISCO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA SOBRE PROBLEMA DA CONTAMINAÇÃO

Estudo de possíveis doenças pode ser o caminho

Com os mineiros de Urgeiriça, as medidas políticas e a proteção da população só surgiram depois de um estudo epidemiológico. José Manuel Mendes sugere esse caminho para a Praia da Vitória.

“E que tal um estudo epidemiológico?” A pergunta foi lançada, quinta-feira à noite, pelo especialista em comunicação do risco e professor da Universidade de Coimbra José Manuel Mendes, numa conferência que tocou o tema da contaminação de solos e aquíferos no concelho da Praia da Vitória.

José Manuel Mendes, que já desenvolveu estudos em vários países e é atualmente consultor da Associação das Vítimas dos Incêndios de 2017 em Portugal continental, deu o exemplo dos mineiros de Urgeiriça, localidade onde estava localizada a última das 61 minas de urânio do país e onde mais de uma centena de trabalhadores morreu com cancro.

Uma comunidade inteira pode ter saído afetada, mas hoje foram definidas indemnizações, os trabalhadores e as famílias são seguidas gratuitamente no Serviço Nacional de Saúde, há monitorização diária, áreas vedadas e políticas públicas no terreno. A chave foi, exatamente, o estudo epidemiológico para o qual se ofereceram 300 pessoas, 150 homens e 150 mulheres de Urgeiriça.

“Como se fazia na Urgeiriça sem os estudos epidemiológicos. Sem saber que havia polónio no cabelo? Trezentas pessoas ofereceram-se, mas sem medo. Agora foi possível ter as políticas e as medidas adequadas. Se não se fizesse, estava muito pior”, afirmou.

O coordenador do Observatório do Risco do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra frisou que até um estudo desta natureza estar realizado, não se pode estabelecer qualquer relação causa-efeito entre o fenómeno da contaminação e o eventual desenvolvimento de doenças na população.

Também recusou que seja melhor não mexer no assunto, com receio de afastar os turistas. “A informação é confiança. Na sua maioria, estamos a falar de zonas que os turistas nem sequer frequentam... É preciso é que a informação seja clara, que existam zonas vedadas se assim for necessário”, adiantou. De novo, voltou ao exemplo de Urgeiriça. O hotel local não foi contra os estudos. “Era do interesse de todos que a situação fosse conhecida e que a descontaminação de facto se fizesse”, reiterou.

DETERMINAR O RISCO

O sociólogo considera que o trabalho desenvolvido pelo LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) tem sido exemplar no sentido de fazer um levantamento dos locais contaminados, mas que falta analisar a vertente da segurança das populações.

Um estudo datado de 2006, produzido pela empresa “Bhate Associates” para as forças militares norte-americanas, estabeleceu pela primeira vez uma relação de causa-efeito entre a contaminação no concelho da Praia da Vitória e o risco de cancro.

O documento, que DI noticiou, definiu o índice de perigo por exposição para vários tipos de pessoas (civis, militares, crianças e trabalhadores). Amostras de solo e de água subterrânea foram recolhidas e analisadas num laboratório italiano.

Concretamente, o estudo determinou que, na zona do SouthTank-Farm, o risco para trabalhadores que contactassem incidentalmente com grupos orgânicos de gama diesel (contacto com a pele) estava acima do “geralmente aceite”.

“E todas as outras situações? E todas as outras pessoas?”, ques-



tionou o especialista sobre esta matéria.

“As pessoas tem de ter informação, o Estado Português tem de interpelar os EUA e o Governo Regional dos Açores e as câmaras municipais têm de se fazer ouvir”, sublinhou o professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

“NÃO PODEM HAVER RELATÓRIOS CONFIDENCIAIS”

Quanto ao relatório desenvolvido pelo LNEC em 2016 a pedido do Ministério da Defesa, definido como confidencial, mas que o DI noticiou este ano, José Manuel Mendes considerou que este rótulo é “preocupante”.

“O que me surpreende é que o re-

latório seja confidencial. Até porque é exemplar. Nunca imaginei que se tivessem analisado tantos sítios. Tudo dos americanos foi analisado e de uma forma rigorosa. Não só são vistos os estudos americanos, mas também existem as análises feitas pelo LNEC”, afirmou.

José Manuel Mendes lembrou que

grau um e está muito longe da situação ideal. “Num primeiro passo, é preciso dotar o público de pensamento probabilístico e educar os cidadãos para aceitarem as práticas. Numa segunda fase, é feita persuasão e uma lógica de relações públicas. Vamos fazer relações públicas para convencer que as pessoas têm comportamen-



Sociólogo defende princípio da precaução


SOCIÓLOGO GARANTE

“O pânico não existe”

Alarme social, pânico, são expressões que se repetem mas, na verdade, os fenómenos não existem, defendeu, na conferência que se realizou, quinta-feira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, o sociólogo José Manuel Mendes.

O coordenador do Observatório do Risco do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra frisou que a questão do alarme social não pode servir de pretexto para vedar informação às populações sobre situações de risco. Quando os decisores políticos tomam essa decisão em nome do alarme social, estão, na verdade, a tentar manter o seu poder, disse.

Lembrou o trabalho do sociólogo Lee Clarke, que determinou que, mesmo nas mais extremas situações, é a solidariedade e a entre ajuda que dominam. “Lee Clarke demonstrou que as populações e os grupos de indivíduos não se baseiam na irracionalidade e no pânico. Nem no 11 de setembro... Se estou encurralado no centésimo andar e estou a telefonar para casa e a dizer: ‘Mãe, eu não consigo ir embora. Vou morrer, amo-vos’, não estou em pânico. Lee Clarke foi estudar várias situações para perceber que em casos extremos o que é predominante é a entreajuda e a solidariedade. Mas não é isso que ouvimos. Eu sou sociólogo, mas não sei o que é o alarme social. Não existe. Cientificamente, falar de pânico não existe”, explicou.

Informação, transparência e colaboração com as populações são os caminhos para uma boa comunicação do risco. 

o LNEC é um laboratório do Estado, que apenas constata factos, mas não define políticas.

“É um relatório que o Ministério da Defesa pede ao LNEC, mas está a atuar numa Região que tem um governo e numa ilha que tem câmaras e não há uma única referência às entidades”, critica o especialista.

“Fiquei surpreendido com a abertura dos americanos de serem tão exaustivos. Fiquei menos entusiasmado de saber que o que é feito pelo Ministério da Defesa fica no confidencial”, acrescentou.

Numa perspetiva de uma eficaz comunicação do risco à populações, disse, “não podem haver relatórios confidenciais.

PRINCÍPIO DA CONFIANÇA

De acordo com José Manuel Mendes, a comunicação do risco no caso da contaminação de solos e aquíferos no concelho da Praia pode ainda nem ter atingido o

tos inaceitáveis. O ideal, contudo, é um processo de comunicação bidirecional, em que tanto o público como os gestores de risco envolvem-se. Estamos a aprender... Não pode ser um processo unidirecional”, explicou.

Um princípio importante será o da confiança. Se os decisores políticos retiverem informação e esta, mais tarde, vier à tona, a situação será mais complicada, avisou. Outro princípio a respeitar é o da precaução. “No caso dos riscos naturais, como o terramoto que vivemos (em 1980), reconstruímos... Mas quando são contaminações de longo prazo, são mais corrosivas, porque são por médio/longo prazo e com consequências para a saúde que são surdas”, sustentou.

José Manuel Mendes admitiu que fala do assunto com “emoção, porque é a minha terra”. Quando era criança, brincou em sítios que hoje se sabe estarem contaminados. 